

## RESENHA – REVIEW – RESEÑA

### IMPrensa NEGRA NO BRASIL DO SÉCULO XIX

### BLACK PRESS IN BRAZIL OF THE NINETEENTH CENTURY

### LA PRENSA NEGRA EN EL BRASIL DEL SIGLO XIX

Por: **Helôisa Souza Ferreira**, mestranda do Programa de História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Estado do Espírito Santo (UFES), Bolsista CAPES. E-mail: [heloisasfs@hotmail.com](mailto:heloisasfs@hotmail.com)

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro, 2010. 181 p.

A recente obra “*Imprensa negra no Brasil do século XIX*” é parte integrante de um projeto maior intitulado *Consciência em debate*, sob a coordenação da Dr.<sup>a</sup> Vera Lúcia Benedito. Nesse sentido, o livro de Ana Flávia Magalhães<sup>1</sup> se insere num conjunto de obras que dirigem seu olhar para temas como: relações raciais e desigualdade social; políticas públicas e ações afirmativas; história da África e afro-brasileira bem como a literatura negro-brasileira. Desta forma, o projeto *Consciência em debate* reflete acerca de problemáticas do passado, cujos desdobramentos ainda são muito presentes na sociedade brasileira, à exemplo da discriminação racial e do “lugar” que a população negra ocupa em nossa sociedade.

Muitos trabalhos já evidenciaram as formas de resistência desempenhada pelos africanos e seus descendentes submetidos ao regime escravista no Brasil. No entanto, poucos atentaram para os movimentos de resistência negra realizado por

---

<sup>1</sup> Ana Flávia Magalhães Pinto é graduada em Comunicação Social/Jornalismo pelo Centro Universitário de Brasília (2001), e mestre em História pela Universidade de Brasília em 2006 e atualmente é doutoranda pela Universidade Estadual de Campinas, desenvolvendo pesquisa sobre experiências de intelectuais negros na imprensa brasileira do século XIX. É colunista do jornal *Írohin*. O livro: *Imprensa Negra no Brasil do século XIX* é resultado de sua dissertação de mestrado, que foi orientada pela Dra. Eleonora Zicari Costa de Brito.



aqueles que eram livres da escravidão, sendo que os autores que se dedicaram a este tema se detiveram aos anos posteriores ao fim do sistema escravista. A investigação proposta por Ana Flávia Magalhães se distingue dessas abordagens, pois revela a existência de movimentos de resistência negra já no século XIX. A autora pesquisou oito jornais que apesar dos intervalos compreendem o período de setembro de 1833 a agosto de 1899, os quais são *O Homem de Cor* ou *O Mulato, Brasileiro Pardo, O Cabrito* e *O Lafuente* (todos do Rio de Janeiro do ano de 1833); *O Homem: Realidade Constitucional ou Dissolução Social* (de Recife, 1876); *A Pátria – Órgão dos Homens de Cor* (de São Paulo, 1889); *O Exemplo* (Porto Alegre, 1892) e o *Progresso – Órgão dos homens de Cor* (também de São Paulo, 1899). A autora não nos fornece dados acerca dos anos de começo e fim de publicação dos periódicos que pesquisou. Em seu texto ela informa apenas os anos que ela utilizou dos respectivos jornais.

A denominação *Imprensa Negra* foi utilizada para designar os jornais que foram feitos por negros, para os negros e veiculando assuntos de interesse das populações negras. O surgimento desses jornais foi possível devido ao fato de existir um razoável número de negros letrados capazes de, em diferentes momentos do século XIX, gerar e absorver as ideias emitidas naqueles jornais, bem como disseminá-las entre os pares iletrados.

O primeiro jornal da imprensa negra no Brasil intitulado *O Homem de cor* foi criado no Período Regencial, contexto de intensas discussões acerca da democracia moderna, no qual se vivia um período de incertezas e de reafirmação prematura da cidadania brasileira. Nesse contexto, a temática das promessas de liberdade e a questão racial foram amplamente debatidas neste jornal, cuja autoria dos textos ainda provoca dúvidas, já que era comum a manutenção do anonimato nos periódicos do Oitocentos. Outra característica dos periódicos do XIX foram as acusações mútuas, e nessa conjuntura não raro foram as tentativas de silenciar a imprensa negra. Por exemplo, Evaristo da Veiga, na *Aurora Fluminense*, desqualificou a atuação dos negros nos eventos políticos do Império, comportamento que esteve ligado à insegurança e ao temor que causavam os negros a certos grupos da elite, sobretudo por serem numerosos. Além disso, a existência de jornais negros e com nomes tão sugestivos contribuiu para o temor de pessoas da elite, como Evaristo da Veiga.

Francisco de Paula Brito é um personagem de importância para o livro supracitado, pois dispôs de seus bens para orientar os primeiros passos de outros jovens de origem humilde, dentre eles o célebre Machado de Assis. Além disso, Brito foi o editor – e quem sabe até o redator – do pasquim que abriu a coleção de jornais da *Imprensa Negra*. Por outro lado, é preciso reconhecer que ele não esteve sozinho nessa empreitada, pois a tipografia fluminense de Brito era ambiente de debate bastante frequentado, e entre os que por lá circulavam encontrava-se Mauricio José de Lafuente, outro homem “de cor”. Ademais, podemos afirmar que os jornais integrantes do que a autora denomina de *Imprensa Negra* tinham em comum a denúncia à discriminação racial sofrida pelos negros. Outra questão que surge da leitura do texto é a insegurança contra o futuro: estaria em curso uma perseguição aos cidadãos negros, que os atingia em seus direitos e os desrespeitava em seus talentos e virtudes – uma mácula à Carta Magna de 1824. Quanto ao Rio de Janeiro, o perigo militar, que agitara o Primeiro Reinado e em várias ocasiões apresentara contornos raciais, continuava a assombrar o novo regime. A princípio, a Lei de 1831 não distinguia o eleitorado com base em critérios de cor, assim como não apresentava impedimentos declarados para o acesso aos postos de comando da Guarda Nacional. *Grosso modo* havia uma espécie de igualitarismo social e racial, fato que inquietava a classe dominante. Por esse motivo, medidas foram tomadas para restringir o pertencimento à Guarda Nacional, fatos que não passaram despercebidos à imprensa negra.

Pelo que se percebe da leitura, os “homens de cor” tinham um afinado entendimento da situação vivida. Às práticas cotidianas de resistência ao racismo, oriundas de tempos passados, não era difícil incorporar o repertório do liberalismo – fosse exaltado ou moderado – e dar mais substância às suas ações políticas. A inquietação diante dos fatos marcava o ritmo da escrita e fortalecia suas motivações, e enquanto o edifício da escravidão ruía reorganizavam-se práticas discriminatórias que caracterizavam a sociedade brasileira. O crescente número de negros livres no decurso do Oitocentos, ou seja, que poderiam ser considerados cidadãos, parece ter contribuído para a constante atualização do debate entre as elites sobre o que entendiam e esperavam do povo brasileiro. O caso é que certa infiltração de indivíduos da “classe dos homens de cor” em espaços de prestígio instou pronunciamentos contrários.

Curioso é pensar sobre a recepção desse material no Brasil do XIX que possuía pouquíssimos letrados. No entanto, havia diversas possibilidades de difusão desse material, não somente por meio da leitura em voz alta, mas também pelos esforços corriqueiros em nome do letramento e da instrução. Como exemplo, a autora apresenta o projeto educacional da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, organizado em meados de 1830 com o empenho de capacitar seus membros, homens negros em sua maioria, com conhecimentos técnicos importantes para o desempenho dos ofícios, bem como oferecer formação elementar da leitura e escrita. No jornal *O Homem*, seções foram criadas objetivando dar visibilidade aos atos arbitrários que atingiam seus pares, indicando exemplos a serem seguidos e algumas saídas possíveis aos principais problemas que então afetavam aos negros. Dessas passagens do jornal emergem pistas sobre trajetórias educacionais de alguns indivíduos negros, bem como dos mecanismos acionados para torná-las viáveis. Ademais, o jornal possuía uma função social, fosse através da denúncia verbal, fosse por meio de reclamação de arbitrariedades cometidas contra os negros, junto às autoridades competentes.

Nas últimas décadas do século XIX teve início a chegada de muitos imigrantes a São Paulo. Simultaneamente novas leis não só alimentavam as práticas discriminatórias dirigidas aos pobres e aos negros, mas também proibiam a entrada de africanos no Brasil. Assim, o afã da modernização nacional caminhava ao lado da modernização do racismo. A escravidão esteve na boca de muitos grupos – liberais, conservadores, monarquistas, republicanos, etc. Mas a partir do momento que milhares de negros tiveram de ser oficialmente reconhecidos como cidadãos brasileiros, outras questões se evidenciaram, tais como a possibilidade de ex cativos opinarem sobre os rumos do país. O aumento do desdém contra os negros devia-se ao nivelamento dos dois espaços mais imediatos de socialização negra: o cativo e a liberdade formal. Por meio dos periódicos podemos perceber que o cotidiano escravista favoreceu uma associação direta das imagens dos africanos e seus descendentes à estupidez e à barbárie, os tempos da liberdade sancionaram aos brancos a posse da insígnia da civilização. O controle exercido sobre os negros não se limitava às tentativas de rebaixamento absoluto. As chamadas exceções, utilizadas para demonstrar quão limitadas seriam as virtudes da gente negra, em outro momento embasariam a defesa da vigência de uma democracia racial no Brasil.

Bernadino Ferraz manifestou por meio do impresso *O Progresso* uma crítica e contrariedade ao projeto imigrantista. Questionamentos que demoraram a ser feitos pela intelectualidade brasileira eram defendidos naquele momento por Bernadino Ferraz, para quem as políticas imigrantistas não passariam de pretexto para a exclusão da população negra no mercado de trabalho, na medida em que os estrangeiros brancos não dominavam a técnica de trabalho em terras brasileiras. Já em Porto Alegre, as páginas do periódico *Exemplo* buscavam um diálogo com o meio social, denunciando a intolerância e o preconceito dispensado aos negros. Além disso, expunham o seu descontentamento com a “jovem República”, tão anunciada como amiga da igualdade entre todos os cidadãos e tão arbitrária com o preconceito e a discriminação racial empreendida contra os homens de cor. Em Porto Alegre eram abundantes os casos noticiados pelo *Exemplo* em que os negros eram expostos a situações de constrangimento público e privado em razão de suas características físicas, ou melhor, das representações discriminatórias baseadas em valores depreciativos atribuídos às marcas da ascendência africana. Essa dinâmica ameaçava até o direito de ir e vir da população negra, como aparece num episódio em que sociedades dançantes formadas por pessoas brancas exigiram que os proprietários de imóveis não alugassem os salões que eles frequentavam para as sociedades de negros. Mais do que isso, *O Exemplo* questionava o desrespeito a legislação e a desmoralização das práticas públicas, como por exemplo o alistamento forçado de homens negros para a composição da força militar do estado do Rio Grande do Sul e a exclusão das crianças negras do ensino público, já que a educação era percebida como via de mobilidade, ascensão e integração social. Assim, apesar de certos grupos investirem contra a escolarização das pessoas negras, a redação de *O Exemplo* insistia em estimular o gosto pelo conhecimento, numa estratégia de superação do racismo e da discriminação – fato que levou este jornal a ser alvo de ataques. Apesar das diversas origens dos insultos, tanto contra si quanto a outros negros, este periódico optava pela manutenção de postura reservada ou mesmo ética para com os agentes da discórdia. O enfrentamento só se dava com os adversários declarados, como os que atacavam o jornal ou impediam a livre circulação das pessoas negras pela cidade.

A abolição foi recordada nas páginas do periódico porto-alegrense com louvor, diferentemente das comemorações pelo advento da república. Observando a mobilização empregada no número dedicado ao quinto aniversário da abolição – três

das quatro páginas foram reservadas às reflexões sobre o assunto –, tem se umas razoáveis medidas de como, em Porto Alegre, brasileiros de origens africanas atribuíam sentidos ao marco histórico da concessão de cidadania a todos os habitantes do país. Tratamento igual não teve o aniversário de quatro anos da República, fato que demonstra que havia um mundo negro em Porto Alegre a merecer a atenção que os donos do poder não lhe concediam.

A presente obra oferece um debate inédito para os movimentos de consciência negra no Brasil, sobretudo porque se debruça sobre um aporte documental que comprova não somente a existência de intelectuais negros num período de escravidão, mas também o engajamento destes por um “espaço” na sociedade para os seus pares. A obra supracitada evidencia inclusive que os jornais do século XIX, ao contrário do que se veicula na historiografia sobre o tema, não eram apenas um *produto de e para* as elites, pois a autora demonstra com muita clareza que essa imprensa negra foi “dirigida a” e criada por “homens de cor”. Por outro lado, sentimos falta de uma discussão que demonstrasse como a presença desses jornais influenciou, ou não, a vida desses homens, que em sua maioria eram iletrados.

Resenha:

Recebido em: 26/04/2011

Aceito em: 08/06/2011